



028 – REQUERIMENTO PARA:

Pedido de Prorrogação de prazo de obras de urbanização

Apreciação:

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Sabugal

1. REQUERENTE

Nome do requerente _____

Residência/Sede _____

Código Postal _____ / _____

BI / Cartão de Cidadão n.º _____ Emitido em ____/____/____ Válido até ____/____/____

Contribuinte n.º _____

Telefone n.º _____ Fax n.º _____ E-mail _____

Correspondência a enviar para (A preencher no caso de querer o envio de correspondência para outra morada):

2. PEDIDO

Vem na qualidade de:

Proprietário Mandatário Usufrutuário Superficiário Co-proprietário _____

deste modo requerer a V.ª Exa. a **prorrogação do prazo** de (escolha opção):

Obras de Urbanização (1.ª Prorrogação), nos termos do n.º 3 do art.º 53.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho e pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, por um prazo de _____ (dias/meses/anos) do prazo fixado no alvará de licença / comunicação prévia (riscar o que não interessa) n.º _____ / _____, referente ao Processo n.º _____ / _____, com validade até ____/____/____.

O requerente toma conhecimento que a prorrogação ocorre uma só vez e por prazo não superior a metade do prazo inicial.

Fundamentação: _____

Obras de Urbanização (2.ª Prorrogação), nos termos do n.º 4 do art.º 53.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho e pela Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, por um prazo de _____ (*dias/meses/anos*) do prazo fixado no alvará de licença / comunicação prévia (*riscar o que não interessa*) n.º _____ / _____ referente ao Processo n.º _____ / _____, com validade até _____ / _____ / _____.

O requerente toma conhecimento que a 2.ª prorrogação só ocorre em fase de acabamentos e mediante o pagamento de uma taxa adicional.

Fundamentação: _____

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Pede deferimento.

_____ Sabugal _____ / _____ / _____

(Assinatura do requerente)

*Verifiquei a assinatura pelo Bilhete de
Identidade / Cartão de Cidadão n.º*

_____.

O Funcionário

Conjuntamente com o **requerimento**, o pedido de prorrogação de prazo deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Declaração do técnico responsável sobre o estado actual da obra, ou livro de obra;
- Original da licença de obras/recibo da admissão da comunicação prévia;
- Calendarização dos trabalhos a executar e o prazo pelo qual se pretende a prorrogação para a conclusão da obra;

No caso de se encontrarem caducados:

- Apólice de seguro, em vigor, que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;
- Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, do título de registo na actividade ou do certificado de classificação de industrial de construção civil, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo.

Tomei conhecimento que o pedido está correctamente instruído.

(O Requerente)

Tomei conhecimento que existem deficiências ou omissões na instrução do processo, contudo insisti na sua entrega.

(O Requerente)

Notas

- Os presentes dados irão ser objecto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do n.º 1 e 2 do art.º 10.º da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados – Lei da Protecção de Dados Pessoais;
- O atendimento ao público, por parte dos técnicos da Divisão de Estudos, Planeamento e Urbanismo, é feito às terças e quintas-feiras, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00.

Base Legal e Regulamentar:

- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março;
- Regulamento da Urbanização e Edificação para o Concelho de Sabugal.